

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

**LAIZA LIMA DIAS ALBINATI**

**BIBLIOTECA ESCOLAR COMO MEDIADORA NO PROCESSO DE INCLUSÃO  
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

**GOIÂNIA  
2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFMG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFMG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): LAIZA LIMA DIAS ALBINATI

Título do trabalho: BIBLIOTECA ESCOLAR COMO MEDIADORA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [ X ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Geisa Müller De Campos Ribeiro, Professora do Magistério Superior**, em 14/06/2021, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LAIZA LIMA DIAS ALBINATI, Discente**, em 14/06/2021, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

[https://sei.ufg.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=2303707&infra\\_sistema=1...](https://sei.ufg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2303707&infra_sistema=1...) 1/2  
15/06/2021 SEI/UFMG - 2130322 - Termo de Ciência e de Autorização TCCG (RI)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2130322** e o código CRC **F5C28F8F**.

LAIZA LIMA DIAS ALBINATI

BIBLIOTECA ESCOLAR COMO MEDIADORA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Biblioteconomia, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Bacharela em Biblioteconomia.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Geisa Müller.

GOIÂNIA  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Albinati, Laiza Lima Dias

Biblioteca escolar como mediadora no processo de inclusão das pessoas com deficiência física [manuscrito] / Laiza Lima Dias Albinati. - 2021.

LIV, 54 f.: il.

Orientador: Profa. Geisa Muller de Campos Ribeiro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Biblioteconomia, Goiânia, 2021.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, abreviaturas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Educação inclusiva. 2. Biblioteca escolar . 3. Bibliotecário(a). 4. Pessoa com deficiência. I. Ribeiro, Geisa Muller de Campos, orient. II. Título.

CDU 02



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 14 de junho do ano de 2021 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**BIBLIOTECA ESCOLAR COMO MEDIADORA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**”, de autoria de **LAIZA LIMA DIAS ALBINATI**, do curso de Biblioteconomia, da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da UFG. Os trabalhos foram instalados pela profa. Ma. Geisa Müller de Campos Ribeiro - orientadora (FIC/UFG) – com a participação do membro da Banca Examinadora: prof. Dr. Erinaldo Dias Valério (FIC/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de **8,5** tendo sido o TCC considerado **Aprovado**.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora e aluno(a).



Documento assinado eletronicamente por **Geisa Müller De Campos Ribeiro, Professora do Magistério Superior**, em 14/06/2021, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LAIZA LIMA DIAS ALBINATI, Discente**, em 14/06/2021, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erinaldo Dias Valério, Professor do Magistério Superior**, em 14/06/2021, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2127262** e o código CRC **7928D22F**.

## RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar como o (a) bibliotecário(a) e a equipe pedagógica incluem a pessoa com deficiência física no ambiente escolar em duas escolas da cidade de Goiânia e como objetivos específicos, pretende-se, investigar a atuação da escola na educação inclusiva e sua interação com a biblioteca e bibliotecário(a); compreender a atuação do bibliotecário(a) e sua interação com a equipe pedagógica no processo de inclusão da pessoa com deficiência física na escola; verificar qual a influência da biblioteca no processo de inclusão do (a) aluno (a) com deficiência física. Como critério, a amostra contemplou duas unidades escolares, sendo, a instituição pública Federal e uma instituição privada, ambas localizadas na cidade de Goiânia, Goiás. Trata-se de uma pesquisa básica quanto à natureza do estudo e relacionado aos procedimentos é estudo de caso com abordagem qualitativa. Do ponto de vista de seus objetivos é uma pesquisa exploratória. O instrumento utilizado para coleta dos dados foi a entrevista semiestruturada e estruturada. Os temas abordados nas entrevistas para os bibliotecários(as) foram: relacionamento entre bibliotecário(a) e corpo docente; ações desenvolvidas; práticas inclusivas. Para os (as) coordenadores(as) das escolas os temas foram: Tempo de atuação na instituição; educação inclusiva; política de inclusão; papel do bibliotecário(a) na escola. Os resultados revelam que as instituições analisadas praticam a educação inclusiva no cotidiano escolar e não se restringe às crianças com deficiência. A inclusão acontece por meio de análise das particularidades e individualidades de cada criança, podendo ser por déficit cognitivo, deficiência de qualquer natureza, comportamental ou afetivo. Os (as) bibliotecários (as) atuam diretamente com a equipe pedagógica na elaboração de ações para leitura, assim como no apoio aos (às) professores (as) com relação ao material pedagógico e tem obtido êxito. A inexistência de um projeto específico de inclusão para as crianças com deficiência física não revela a omissão do olhar para essas crianças, e sim, a forma plural com que as escolas percebem seus alunos no processo de ensino e aprendizagem.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; Biblioteca escolar; Bibliotecário(a); Pessoa com deficiência.

## **ABSTRACT**

This research aims to analyze how the librarian and the pedagogical team include the person with physical disability in the school environment and as specific objectives, it is intended to investigate the role of the school in inclusive education and its interaction with the library and librarian; understand the role of librarians and their interaction with the pedagogical team in the process of inclusion of people with physical disabilities in school; verify the influence of the library on the inclusion process of students with physical disabilities. As a criterion, the sample included two school units, the public institution Federal Center for Teaching and Research Applied to Education, and the private institution Escola Piaget, both located in the city of Goiânia, Goiás. nature of the study and related to procedures is a case study with a qualitative approach. From the point of view of its objectives, it is exploratory research. The instrument used for data collection was a semi-structured and structured interview. The themes addressed in the interviews with librarians were: the relationship between librarian and faculty; developed actions; inclusive practices. For the school coordinators, the themes were: Length of experience at the institution; inclusive education; inclusion policy; the role of the librarian at school. The results reveal that the institutions analyzed practice inclusive education in everyday school life and are not restricted to children with disabilities. Inclusion takes place through the analysis of the particularities and individualities of each child, which may be due to cognitive deficit, disability of any nature, behavioral or emotional. Librarians work directly with the pedagogical team in the development of actions for reading, as well as in supporting teachers about the pedagogical material, and they have been successful. The inexistence of a specific inclusion project for children with physical disabilities does not reveal the omission of looking at these children, but the plural way in which schools perceive their students in the teaching and learning process.

**Keywords:** Inclusive education; School library; Librarian; Disabled person.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Dados Gerais - Infraestrutura dos estabelecimentos (Rede Total) – 2019	25
<b>Figura 2</b> - Indicadores Educacionais por Parte de Município no País - Rede Municipal – 2019	26
<b>Quadro 1</b> – Tipos de deficiência física	16
<b>Quadro 2</b> – A deficiência física acontecimentos e causas	17
<b>Quadro 3</b> – Síntese dos instrumentos e procedimentos de coleta de dados	33

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
BSCEPAE	Biblioteca Seccional CEPAE
CEB	Câmara de Educação Básica
CEPAE	Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação
CIF	Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CNE	Conselho Nacional de Educação
GO	Goiás
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
SIBI	Sistema de Bibliotecas
UFG	Universidade Federal de Goiás

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>DEFICIÊNCIA, O QUE É ISSO?</b>	<b>14</b>
2.1	DEFICIÊNCIA FÍSICA	15
2.2	POLÍTICA DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL	18
2.2.1	<b>Educação inclusiva: conhecer para respeitar</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>BIBLIOTECA ESCOLAR</b>	<b>23</b>
3.1	BIBLIOTECÁRIO(A) ESCOLAR E SUAS FUNÇÕES	26
3.2	INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA BIBLIOTECA ESCOLAR	28
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b>	<b>31</b>
4.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	31
4.2	Amostra	32
4.3	COLETA DE DADOS	33
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS</b>	<b>35</b>
5.1	ESCOLA E OS PROCESSOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	35
5.2	A BIBLIOTECA ESCOLAR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	40
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>45</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>47</b>
	<b>APÊNDICE A - ENTREVISTA PARA BIBLIOTECÁRIOS (AS)</b>	
	<b>APÊNDICE B - ENTREVISTA PARA COORDENAÇÕES</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é um processo complexo que encontra diferentes abordagens, como a vygotskiana, walloniana e piagetiana que subsidiam a prática pedagógica a partir de pressupostos interacionistas e podem se modificar a depender de contextos específicos. “Piaget, na relação sujeito-objeto, privilegia o polo do sujeito, Vygotski dá maior ênfase ao do objeto e, em Wallon tanto o sujeito quanto o objeto são igualmente considerados” (DAVIS et al., 2012, p. 64). Essas abordagens evidenciam que tanto o sujeito como o objeto se constituem mutuamente a partir das interações e podem orientar a prática dos educadores na promoção da inclusão educacional.

É importante considerar que, o processo de inclusão educacional não se restringe apenas às pessoas com deficiência, e sim, a todas e todos que por algum motivo necessitam de auxílio para se integrar à comunidade escolar de forma equitativa, sem ter prejuízo no seu processo de aprendizagem. Portanto, esta pesquisa se restringiu a discutir e analisar somente a inclusão educacional das pessoas com deficiência física.

A inclusão de pessoas com deficiência ainda é um desafio atual na sociedade contemporânea globalizada. Desafio porque a história da educação escolar é um contínuo de grandes exclusões e de limites estruturais (SANFELICE, 2006) também enraizados na cultura. Nesse sentido, existem barreiras que precisam ser superadas para que essas pessoas sejam incluídas socialmente como cidadãos e cidadãs, tendo seus direitos garantidos, tanto na educação, como para a qualidade de vida.

A Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou como é mais conhecida - Estatuto da Pessoa com Deficiência - é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e da liberdade fundamental para a pessoa com deficiência, visando à inclusão social, bem como o exercício da cidadania (BRASIL, 2015). Com base nessa premissa que, ao receberem estudantes com deficiência física a partir da educação infantil, as escolas devem promover e facilitar o processo de inclusão. É importante, nesse processo, o envolvimento da comunidade escolar e as bibliotecas podem desenvolver papel fundamental nesse processo.

Sendo assim, acredita-se que a biblioteca escolar é o ambiente propício para auxiliar a direção, coordenação, professoras/professores, técnicos administrativos,

equipe de manutenção e limpeza, e a própria família, com relação às informações sobre inclusão educacional, uma vez que, confere ao profissional bibliotecário(a) a tarefa de identificar e disponibilizar informações conforme as necessidades das/dos usuários.

Diante do exposto e a partir das diversas problemáticas que as escolas e bibliotecas possuem na inclusão da pessoa com deficiência que essa pesquisa questiona: Como o bibliotecário e a equipe pedagógica incluem a pessoa com deficiência física no ambiente escolar?

Portanto, tem-se como **objetivo geral** analisar como o bibliotecário(a) e a equipe pedagógica incluem a pessoa com deficiência física no ambiente escolar.

Como **objetivos específicos**, pretende-se:

- Investigar a atuação da escola na educação inclusiva e sua interação com a biblioteca e bibliotecário(a);
- Compreender a atuação do bibliotecário(a) e sua interação com a equipe pedagógica no processo de inclusão da pessoa com deficiência física na escola;
- Verificar qual a influência da biblioteca no processo de inclusão do aluno com deficiência física;

Acredita-se que os/as bibliotecárias podem desempenhar um papel fundamental para a educação inclusiva, já que a base dos seus serviços no ambiente escolar é fornecer acesso à informação de qualidade e contribuir juntamente com o corpo docente com o processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista o plano pedagógico da instituição de ensino, a qual está vinculado.

Do ponto de vista metodológico, é uma pesquisa de natureza básica e estudo de caso. A abordagem é qualitativa e quanto aos objetivos é exploratória e descritiva. Tem-se como local de estudo duas escolas e suas respectivas bibliotecas, uma da rede privada que oferece ensino desde a educação infantil até a primeira parte do ensino fundamental (5º ano), e outra da rede pública federal que oferece ensino desde a educação infantil até o ensino médio. Os sujeitos a serem pesquisados são bibliotecários(as) e coordenadores(as) pedagógicos das duas escolas.

Em face do que foi exposto, a motivação pessoal da pesquisadora parte de um lugar de fala, decorrente de uma pequena deficiência que possui na perna esquerda, o que traz na sua essência, a consciência do seu papel social na luta pela inclusão e a tentativa em dar maior visibilidade e importância ao assunto.

Além disso, essa pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento do tema na Biblioteconomia e Ciência da Informação e enquadra-se no eixo de Fundamentos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás que segundo o Projeto Pedagógico do Curso - PPC (2016) engloba aspectos da função social do exercício da profissão.

Assim, o estudo integra o projeto “A Leitura e suas concepções teóricas, históricas e conceituais: perspectivas no campo do letramento informacional, da comunicação e comportamento informacional em diferentes instâncias educacionais formais e informais”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Andréa Pereira dos Santos, sob parecer substanciado 4.712.487 do Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás.

As seções estão estruturadas da seguinte forma: a primeira seção, introdução, contextualiza a temática do trabalho expondo os questionamentos que levaram ao desenvolvimento do estudo; o segundo capítulo compreende ao percurso teórico sobre o que é deficiência e deficiência física e apresenta as políticas de inclusão para integração educacional; O terceiro capítulo, apresenta a Biblioteca escolar, bibliotecário(a) escolar e suas funções, a inclusão da pessoa com deficiência na biblioteca escolar, e Lei de acessibilidade; O quarto capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para direcionar a pesquisa; o capítulo 5 expõe e discute os resultados obtidos a partir da coleta de dados; e por fim, o capítulo 6 apresenta as considerações finais.

## 2 DEFICIÊNCIA, O QUE É ISSO?

A deficiência é entendida como uma limitação do indivíduo, uma perda ou anormalidade da estrutura ou função fisiológica, anatômica ou psicológica. É resultado das limitações e estruturas do corpo, mas também resulta de fatores sociais e ambientais no qual o indivíduo está inserido. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, possui o propósito de proteger, promover e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos, os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente (BRASIL, 2009).

O Decreto nº 6.949/2009, no seu artigo I afirma que: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras”, essas barreiras “podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2009, p.1). A Lei nº 13.146/2015, no Art. 2º adota como definição de deficiência o texto do Decreto nº 6.949/2009, no seu Art. 1º. (BRASIL, 2015)

A Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) criada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tem como objetivo proporcionar uma linguagem padronizada e também uma estrutura de trabalho para descrição dos aspectos relacionados à saúde, ao comportamento psicológicos e social, tendo uma visão biopsicossocial da pessoa com deficiência, não se limitando apenas ao que concerne o biológico.

A CIF define deficiência como problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, sendo assim,

As deficiências de estrutura podem consistir numa anomalia, defeito, perda ou outro desvio importante relativamente a um padrão das estruturas do corpo. As deficiências foram definidas de acordo com os conhecimentos biológicos atuais ao nível de tecidos ou das células e ao nível infracelular ou molecular. Por motivos práticos, no entanto, esses níveis não estão classificados. As bases biológicas das deficiências orientaram essa classificação e é possível expandir a classificação para incluir os níveis celular ou molecular. Do ponto de vista médico, deve-se ter em mente que as deficiências não são equivalentes às patologias subjacentes, mas sim a manifestações dessas patologias (OMS, 2004, p. 14).

A CIF (OMS) afirma também que as deficiências podem ser parte ou uma expressão de uma condição de saúde, mas não indicam, necessariamente, a presença de uma doença ou que o indivíduo deva ser considerado doente. Sendo assim, a CIF também “relaciona os fatores ambientais que interagem com todos estes constructos. Neste sentido, a classificação permite ao utilizador registrar perfis úteis da funcionalidade, incapacidade e saúde dos indivíduos em vários domínios” (OMS, 2004, p. 2).

A CIF visa oferecer informações aplicáveis “aos cuidados de saúde pessoais, incluindo a prevenção, a promoção da saúde e a melhoria da participação, removendo ou atenuando as barreiras sociais e estimulando a atribuição de apoios e de facilitadores sociais”. Além disso, também prevê a sua utilidade “no estudo dos sistemas de cuidados de saúde, tanto em termos de avaliação como de formulação de políticas” (OMS, 2004, p. 10).

Com isso, nota-se que a CIF é instrumento de suma importância para a avaliação biopsicossocial das pessoas com deficiência, já que é considerado uma ferramenta pedagógica que auxilia “na elaboração de programas educacionais, para aumentar a conscientização e realizar ações sociais” (Ibid, p. 9). Na avaliação biopsicossocial o indivíduo é evidenciado e valorizado antes da sua deficiência, ao contrário da análise médica, onde se responsabiliza o indivíduo por sua incapacidade.

A partir disso, entramos no capítulo de deficiência física, que tem como objetivo especificar melhor os tipos de deficiência.

## 2.1 DEFICIÊNCIA FÍSICA

Em meados da década de 1970, o conceito de deficiência física via a pessoa como um indivíduo incapaz de ter autonomia, total ou parcial, para desenvolver uma vida social ativa, devido sua deficiência congênita ou não (ONU, 1975). Apesar das conquistas de direitos na época, as pessoas com deficiência continuaram a lutar por seu espaço na sociedade, na busca pela autonomia.

A Constituição Federal brasileira não possui uma definição sobre o termo pessoa com deficiência, apesar das garantias de direitos impressas ao longo da lei. Todavia, ela foi marco de fundamental importância para a implementação de diretrizes e leis posteriores. No ano de 1999, o Decreto nº 3.298, “dispõe sobre a

Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência”, com o intuito de assegurar o pleno exercício de direitos individuais e sociais. Define deficiência “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 1999. p.1).

Define também, os diferentes tipos de deficiência no Art. 4, onde deficiência física é compreendida como a,

alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.(BRASIL, 1999, p.1)

Como pode ser observado na definição acima, a deficiência física se subdivide em treze tipos diferentes. Para compreender o que é cada uma dessas alterações foi elaborado o Quadro 1, com os tipos de deficiência física e sua definição, com base nos dados da Comissão de Estudos para inserção da pessoa portadora<sup>1</sup> de deficiência no mercado de trabalho no ano de 2001 (BRASIL, 2001 apud DEFICIÊNCIA, 2021).

**Quadro 1 – Tipos de deficiência física**

TIPOS		DEFINIÇÃO
1	Paraplegia	Perda <b>total</b> das funções motoras dos membros inferiores.
2	Paraparesia	Perda <b>parcial</b> das funções motoras dos membros inferiores.
3	Monoplegia	Perda <b>total</b> das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior)
4	Monoparesia	Perda <b>parcial</b> das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior)
5	Tetraplegia	Perda <b>total</b> das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
6	Tetraparesia	Perda <b>parcial</b> das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
7	Triplegia	Perda <b>total</b> das funções motoras em três membros.

<sup>1</sup> Como já evidenciado, esse termo caiu em desuso, mas para manter a integridade da fonte deixou como na sua origem. Portanto, vale ressaltar que o termo correto é Pessoa com Deficiência.

8	Triparesia	Perda <b>parcial</b> das funções motoras em três membros.
9	Hemiplegia	Perda <b>total</b> das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo)
10	Hemiparesia	Perda <b>parcial</b> das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo)
11	Amputação	Perda <b>total</b> ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.
12	Paralisia Cerebral	Lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental.
13	Ostomia	Intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de coleta; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário).

**Fonte:** Elaborado pela autora, com base em (BRASIL, 2001 apud DEFICIÊNCIA, 2021©).

A deficiência física pode ser dividida em quatro formas de acontecimentos, e em três tipos de causas. O Ministério da Educação apresenta de que forma pode ser acometido pela deficiência física, e suas possíveis causas, como evidenciado no Quadro 2 (BRASIL, 2006).

**Quadro 2 – A deficiência física acontecimentos e causas**

<b>A deficiência física pode ser</b>	
<b>Ser</b>	<b>Definição</b>
Temporária	Quando tratada permite que o indivíduo volte às suas condições anteriores.
Recuperável	Quando permite melhora durante o tratamento, ou suplência por outras áreas não atingidas.
Definitiva	Quando apesar do tratamento, o indivíduo não apresenta possibilidade de cura, substituição ou suplência.
Compensável	Que permite melhora por substituição de órgãos, por exemplo, a amputação compensável pelo uso da prótese.
<b>A deficiência física pode ter causa</b>	
<b>Causas</b>	<b>Definição</b>
Hereditária	Quando resulta de doenças transmitidas por genes, podendo manifestar-se desde o nascimento, ou aparecer posteriormente.
Congênita	Quando existe no indivíduo ao nascer e, mais comumente, antes de nascer, ou seja, durante a fase intrauterina.

Adquirida	Quando ocorre depois do nascimento, em virtude de infecções, traumatismos e intoxicações.
-----------	---

**Fonte:** Elaborado pela autora, com base em BRASIL (2006, p. 10-11).

Ao expor as definições sobre deficiência física, suas tipologias e causas, tem-se a compreensão das limitações, mas também das possibilidades de integração, interação e inclusão das pessoas com deficiência física na sociedade, a partir do olhar humanista para as habilidades que podem ser desenvolvidas por cada indivíduo dentro das suas necessidades físicas. Diante disso, o próximo tópico aborda as políticas de inclusão educacional, com ênfase na educação inclusiva para estudantes com deficiência física no ambiente escolar.

## 2.2 POLÍTICA DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL

A década de 1990 é marcada por dados históricos relevantes no que se refere à construção das políticas de inclusão. Após um longo período, com o intuito de solidificar a inclusão de todas e todos na sociedade, realizou-se a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e com a Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais (1994). A partir desses marcos históricos passou a valer a “era da inclusão”, onde condições exigidas não se referem somente ao direito da pessoa com deficiência à integração social, e sim, ao compromisso da sociedade, com todas e todos, ao se adaptar às diferenças individuais. (BRASIL, 1994; SASSAKI, 1997; UNESCO, 1990).

Para que a sociedade excludente se transforme em uma sociedade inclusiva, o sujeito excluído necessita ser protagonista no processo de inclusão, tanto que, o lema das organizações e entidades que representam as pessoas com deficiência é “Nada Sobre Nós Sem Nós”, ou seja, "nenhum resultado a respeito das pessoas com deficiência haverá de ser gerado sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência". (SASSAKI, 2011, p,1).

De acordo com Sasaki (2011) as pessoas com deficiência exigem que:

tudo que se refira a nós seja produzido com a nossa participação. Por melhores que sejam as intenções das pessoas sem deficiência, dos órgãos públicos, das empresas, das instituições sociais ou da sociedade em geral, não mais aceitamos receber resultados forjados à nossa revelia, mesmo que em nosso benefício (SASSAKI, 2011, p,1).

Diante dessas palavras, percebe-se que as pessoas com deficiência não querem privilégios por sua limitação, e sim respeito e a promoção de oportunidades de forma justa, de forma que possam por meio das suas habilidades ocupar seu espaço de direito na sociedade.

De acordo com o Censo Escolar divulgado pelo INEP em 2019, nos últimos anos, de 2014 a 2018 o número de matrículas de alunos com deficiência cresceu 33,2% em todo o país. Em 2014 eram 886.815 os alunos com deficiência matriculados nas escolas e à medida que os anos se passaram esses números aumentaram cada vez mais, chegando a 1,2 milhão em 2018, tendo aumento de 10,8% aproximadamente no número de alunos matriculados. Esses dados evidenciam que a inclusão de pessoas com deficiência no meio educacional vem aumentando cada vez mais, e com isso, é importante que as adaptações no ambiente físico, na equipe pedagógica e também no plano curricular escolar sejam realizadas de acordo com a necessidade de cada aluno.

A inclusão de crianças com deficiência no ensino básico é o princípio para a reconstrução social, no que diz respeito às “oportunidades”, e o convívio com as diferenças. A escola é um espaço democrático onde as crianças se preparam para a vida social adulta, daí a relevância em se começar a inclusão a partir da educação infantil, de forma que as diferenças sejam discutidas, valorizadas, respeitadas, e sem preconceito, esse é o princípio base da educação inclusiva.

### **2.2.1 Educação inclusiva: conhecer para respeitar**

A educação inclusiva pode ser compreendida como a constituição de um “paradigma educacional fundamentado na concepção de Direitos Humanos, políticas públicas, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal”, de forma a “contextualizar as circunstâncias históricas da exclusão dentro e fora da escola” (BRASIL, 2008, p. 5). Sendo assim, a formação educacional visa trabalhar o seu comportamento dentro e fora da escola, para que as diferenças possam ser respeitadas dentro e fora do ambiente escolar.

Segundo a Política de Inclusão do Ministério da Educação,

Uma política efetivamente inclusiva deve ocupar-se com a desinstitucionalização da exclusão, seja ela no espaço da escola ou em outras estruturas sociais. Assim, a implementação de políticas inclusivas que pretendam ser efetivas e duradouras deve incidir sobre a rede de relações que se materializam através das instituições já que as práticas discriminatórias que elas produzem extrapolam, em muito, os muros e regulamentos dos territórios organizacionais que as evidenciam (BRASIL, 2005, p. 8).

O processo evolutivo das práticas inclusivas se aprimora e os documentos elaborados pelo Ministério da Educação visam a conscientização da inclusão em todos os espaços que o indivíduo circule, independente de se estar dentro da escola. Todavia, elaborar e implementar práticas inclusivas exigem das/dos educadores a reestruturação dos pensamentos, e de toda a dinâmica escolar, já que trabalhar para a diversidade exige esforços colaborativos. Segundo Lima, Barbos e Nogueira (2019), a educação inclusiva é

um campo que se encontra marcado por necessidades que devem ser examinadas sob diversas perspectivas, pois sua proposta inovadora implica um remanejamento e uma reestruturação radicais na dinâmica da escola. Devido a esta complexidade, a abordagem das questões educacionais, e da educação inclusiva, exige a contribuição de diferentes disciplinas, para que procedimentos de diferentes campos de saber possam ser utilizados no sentido de esclarecer e orientar educadores diante do imenso desafio de adotar uma prática pedagógica que privilegie a diversidade na escola. (LIMA; BARBOS, NOGUEIRA, 2019, p. 2).

Para que essa diversidade ocorresse o primeiro passo foi abrir as portas das escolas de ensino regular, e as crianças com deficiência pudessem ser matriculadas, ou seja, os pais e responsáveis poderiam escolher onde matricular sua filha/filho, e não ser imposto que as crianças com deficiência permanecessem nas escolas especiais segregadas, sem o convívio com a diversidade.

De acordo com o documento Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, é possível afirmar que:

[...] os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, p.1).

Nas diretrizes, são considerados alunos com necessidades educacionais especiais, aqueles que, durante o percurso educacional, apresentam dificuldades no

desenvolvimento vinculadas a uma causa orgânica específica, como as relacionadas a deficiências, dificuldades de comunicação e sinalização, necessitando de linguagens ou códigos aplicáveis; altas habilidades ou superdotação (Ibid, 2001). Ao incluir essas crianças na escola, pratica-se o princípio de valorização do ser humano, minimizando e se preparando para excluir de vez qualquer tipo de preconceito, além de promover a cidadania ao integrá-las na sociedade. As atividades educacionais devem ser elaboradas com apoio da equipe multidisciplinar, tendo por proposta a participação efetiva das crianças com deficiência.

Rosa (et al. 2010) faz considerações pertinentes com relação à educação inclusiva, ao apontar que ela não se restringe apenas ao professor que está na sala de aula, mas todas e todos que estão envolvidos no sistema educacional.

A educação inclusiva possui o intuito de que a escola se modernize e se adapte às particularidades do público que acolherá, além dos professores e dos funcionários que precisam aperfeiçoar seus conhecimentos. É um padrão que requer adaptações e inovações no cotidiano escolar. Existem barreiras a serem superadas por todos: profissionais da educação, comunidade, pais e alunos. Todos precisam adquirir maior instrução sobre a diversidade humana, para entender os modos diferenciados de cada ser humano ser, sentir, agir e pensar (ROSA et al, 2010).

Vale lembrar que, para incluir é preciso conhecer o indivíduo, ou seja, a comunidade escolar e família devem se aproximar de forma que estabeleçam elos que auxiliará na inclusão da criança com deficiência. A equipe multidisciplinar conseguirá ter êxito ao elaborar as atividades educacionais, se tiver em mãos dados sobre as especificidades de cada estudante que foi matriculado na escola, pois cada deficiência exige das/dos professores comportamentos individualizados.

De acordo com BRASIL (2006), a deficiência física causa diferentes comprometimentos na vida social e individual, os quais podem ser:

(a) de um ou de ambos os membros superiores, por ausência, deformidade, paralisia, falta de coordenação, ou presença de movimentos que afetam o funcionamento e o uso das mãos nas atividades escolares; (b) de um ou de ambos membros inferiores por ausência, deformidade, paralisia, falta de coordenação, ou presença de movimentos anormais que afetam a locomoção e a posição sentada; e (c) da vitalidade, que resulta em menor rendimento no trabalho escolar, em virtude de falta acentuada ou temporária de vigor e agilidade, por doenças que afetem os aparelhos circulatório, respiratório, digestivo, geniturinário, etc. (BRASIL, 2006, p. 10).

Neste trabalho a discussão envolve a pessoa com deficiência física, e como se observa no item “a”, da citação acima, a ausência de algum membro superior afeta o uso das mãos nas atividades escolares, isto é, quando a/o professor for elaborar e propor atividades para uma turma, e na sala de aula, uma das crianças possuir essas características, as atividades deverão ser preparadas de modo a incluí-la dentro das suas necessidades.

Reformar a escola somente não é suficiente. As transformações precisam ir além das instalações de rampas, corrimãos, elevadores, sinalização e banheiros adaptados. Todas essas mudanças fazem a diferença na vida dos indivíduos que delas fazem uso, porém, as mudanças precisam chegar à sala de aula. É na sala de aula que uma das maiores barreiras se encontram, a barreira atitudinal, e às vezes as atitudes possuem poder mais valorativo do que grandes reformas. As alterações estruturais aconteceram naturalmente quando as atitudes começaram a aflorar, pois todas e todos se conscientizaram da importância do ambiente inclusivo para aquela pessoa que possui algum tipo de deficiência.

Segundo Amaral (2007, p. 2) a socialização é o “processo interativo, fundamental para o desenvolvimento, através do qual o indivíduo assimila a cultura do seu grupo social, ao mesmo tempo em que perpetua esse grupo”. A educação inclusiva proporciona a socialização da criança com seus pares. Quando essa experiência se amplifica para a convivência com crianças que possuem deficiência, a socialização enriquece, pois oportuniza conviver com as diferenças.

Colls (2004), diz que a socialização ocorre por meio de três processos:

1. Os processos mentais de socialização – correspondem ao conhecimento dos valores, normas, costumes, instituições, aquisição da linguagem e dos conhecimentos transmitidos pela escola;
2. Os processos afetivos de socialização – manifestam-se por meio da empatia, do apego e da amizade;
3. Os processos condutuais de socialização – envolvem a aquisição de condutas consideradas socialmente aceitáveis, evitando-se as não aceitas. (COLSS, 2004 apud AMARAL, 2007, p. 2-3).

Socializar proporciona o conhecimento cultural, social e educacional, já que envolve normas, hábitos, bem como a troca de sentimentos de afetos, e o direcionamento das condutas, elementos necessários para a formação do indivíduo para o convívio na sociedade. Daí a função social da escola juntamente com a

biblioteca escolar que é a próxima seção a ser abordada, a qual visa garantir a aprendizagem, assim como, o desenvolvimento de habilidades para a socialização.

### 3 BIBLIOTECA ESCOLAR

Este capítulo dedica-se a apresentar os conceitos de autores especialistas nos assuntos relacionados ao tema sobre a biblioteca escolar. Portanto, apresenta-se a seção subdividida em: biblioteca escolar, bibliotecário(a) escolar, suas funções e a equipe pedagógica.

Dentre os tipos de bibliotecas existentes, a biblioteca escolar tem como intencionalidade o desenvolvimento da formação educacional básica do indivíduo, e por esse motivo deve ter um olhar diferente e mais atencioso. Infelizmente, é bastante comum no Brasil a falta de valorização das bibliotecas, o que reflete em seu uso inadequado e até mesmo a inexistência em algumas instituições públicas.

Castrillon (1985 apud MAYRINK,1991. p. 304), define a biblioteca escolar como:

[...] uma instituição do sistema social que organiza materiais bibliográficos, audiovisuais e outros meios e os coloca à disposição de uma comunidade educacional. Constitui parte integral do sistema educativo e participa de seus objetivos, metas e fins. A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e a formação de uma atividade científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente, estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apoia os docentes em sua capacitação e lhes oferece a informação necessária para a tomada de decisões em aula.

Ou seja, a biblioteca escolar desempenha papel importante na formação do cidadão, além de servir como apoio pedagógico e dar suporte às pesquisas, não só para os alunos, mas também para o corpo docente e até para os familiares dos alunos. Mas para que isso aconteça, o ambiente da biblioteca escolar precisa ser de qualidade, com boa estrutura e dinâmica, o que contribui na qualidade da educação. Oliveira (2009) diz que o ambiente da biblioteca escolar deve ser um local para adquirir o prazer pelo ato da leitura, aprender a se expressar, interpretar, realizar pesquisas individualmente, tudo isso com o auxílio do bibliotecário.

Portanto, a biblioteca em um ambiente escolar, deve ser um local de apoio e atração para os/as estudantes, de forma que consigam realizar suas atividades com

eficiência, por meio de informações seguras. Isso permite o estímulo ao pensamento crítico reflexivo das/dos estudantes, além de que, a frequência assídua das/dos usuários (as) ao ambiente gera uma visão positiva da biblioteca.

No Estado de Goiás, a pesquisa “Retratos da biblioteca escolar da Rede Estadual de ensino” evidencia que 122 escolas não possuem bibliotecas e 78 não estão estruturadas. Acredita-se que essa realidade não é diferente em muitos outros estados brasileiros<sup>2</sup> (SANTOS et al. 2017, p. 34). Algumas escolas não possuem um espaço próprio para uma biblioteca, e quando possuem não são adequadas para cumprir sua função social, educacional e cultural. Podem ser consideradas como salas com amontoados de livros não cuidados, e não possuem profissionais bibliotecários(as). Isso dificulta o cumprimento de seu papel na sociedade.

Como forma de apoiar o processo educativo e cultural da comunidade escolar foi sancionada em 2010 a Lei nº 12.244, a qual dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares no âmbito público e privado, com a presença de bibliotecário(a), e um acervo mínimo para atender as necessidades das/dos usuários. Em 2018 a lei foi reformulada, e de acordo com o Art. 2º da referida lei, “considera-se biblioteca escolar o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo”, e tem por objetivos:

- I – Disponibilizar e democratizar a informação, ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes;
- II - Promover as habilidades, competências e atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do(a)s aluno(a)s, em especial no campo da leitura e da escrita;
- III - Constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino aprendizagem;
- IV - Apresentar-se como espaço de estudo, encontro e lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios. (BRASIL, 2018, p,1).

Contudo, já se passaram mais de 10 anos desde que a Lei entrou em vigor, e as metas não foram alcançadas. Segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica realizado em outubro de 2020, analisando a rede pública juntamente com a rede privada, apenas 51,8% dos anos iniciais do ensino fundamental possuem biblioteca e/ou sala de leitura, enquanto os anos finais do ensino fundamental possuem 73%

---

<sup>2</sup> Para esta afirmação é necessário pesquisa mais detalhada, com dados precisos sobre a realidade de cada Estado brasileiro.

das bibliotecas e/ou salas de leitura e a respeito do ensino médio, 88,2% possui biblioteca e/ou sala de leitura.

Todavia, esses dados necessitam de aprofundamento na sua análise, mesmo porque muitos dos locais indicados como biblioteca não cumprem a lei na sua completude, uma vez que a presença da/do profissional bibliotecário/a é inexistente.

Na Figura 1, os dados localizam a biblioteca nos espaços de aprendizagem e equipamentos, mas não expõem como funcionam, e se a estrutura corresponde ao que deve ser compreendido como biblioteca.

**Figura 1 - Dados Gerais - Infraestrutura dos estabelecimentos (Rede Total) – 2019**

Infraestrutura dos estabelecimentos (Rede total) – 2019							
Recursos	Creche	Pré-Escola	Educação Infantil	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental	Ensino Fundamental	Ensino Médio
<b>Infraestrutura básica</b>							
Água potável	96,6	94,0	94,6	91,6	92,1	92,3	94,2
Esgoto sanitário	96,4	93,6	94,2	91,9	94,7	92,8	98,2
Banheiro	98,3	97,0	97,1	95,7	96,8	96,1	97,7
Banheiro adequado à Educação Infantil	66,4	51,6	54,0	-	-	-	-
Energia elétrica	99,3	97,5	97,8	96,3	97,7	96,8	99,7
<b>Espaços de aprendizagem e equipamentos</b>							
Parque Infantil	58,0	45,2	47,6	-	-	-	-
Quadra de esportes	-	-	-	38,7	61,0	43,3	76,3
Biblioteca e/ou sala de leitura	-	-	-	51,8	73,0	56,3	88,2
Laboratório de ciências	-	-	-	9,7	23,7	12,5	48,0
Laboratório de informática	-	-	-	36,0	55,8	40,8	76,5
Acesso à internet - Para uso dos alunos	-	-	-	28,6	44,2	32,1	62,3

Fonte: MEC/Inep/DEED- Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.  
Notas: 4 e 5.

**Fonte:** Anuário Brasileiro Educação Básica (2020).

Na Figura 2 nota-se que exclusivamente na rede pública de ensino, é possível perceber o desenvolvimento das bibliotecas escolares por meio do quantitativo de habitantes nos municípios existentes no nosso país.

**Figura 2** - Indicadores Educacionais por Porte de Município no País - Rede Municipal – 2019



**Fonte:** Anuário Brasileiro Educação Básica (2020).

Novamente, percebe-se que os dados expressos são informados de forma quantitativa, o que nos impede de saber o real estado das estruturas físicas, materiais e dos recursos humanos para o pleno funcionamento da biblioteca escolar.

### 3.1 BIBLIOTECÁRIO(A) ESCOLAR E SUAS FUNÇÕES

O bibliotecário(a) escolar tem um papel importante nas instituições de ensino, mas, muitas vezes, pouco reconhecido e valorizado. Campello (2009) aconselha as/os profissionais bibliotecários(as) a participarem constantemente das atividades escolares, como reuniões pedagógicas, planejamento de projetos e também do processo de elaboração curricular, além de desenvolver atividades culturais e educacionais com as/os estudantes, e desenvolver a interação entre biblioteca e escola, logo a/o bibliotecária/o deve interagir de modo harmonioso com o corpo docente.

Campello (2009, p. 55) afirma também que a “[...] colaboração se torna especialmente importante quando o bibliotecário desempenha funções diretamente ligadas à aprendizagem [...]”. Além da função ligada às funções de aprendizagem e de produções culturais, é responsável pelo tratamento da informação em uma biblioteca, isso compreende o acervo, o espaço físico, as instalações prediais de forma geral, e também deve promover o aspecto humanista existente na profissão. Com isso, Litton (1974) diz que o bibliotecário(a) deve ser mais humano,

comunicativo e participativo com os alunos(as) fazendo com que eles(as) passem a ter o gosto e o ato da leitura e a frequentar constantemente a biblioteca (LITTON, 1974 apud PEREIRA, 2014, p. 21).

Tavares (1973, p. 27), afirma que:

“[...] graças ao trabalho eficiente do Bibliotecário(a) é que a Biblioteca pode existir. Da sua ação, do seu conhecimento, depende a Biblioteca para ser dotada e estar preparada para atender as necessidades do aluno(a)” (apud PEREIRA, 2014, p. 21).

O bibliotecário escolar tem a função de oferecer e disponibilizar a informação de maneira fácil, acessível e prática e ao mesmo tempo cativar e conquistar o/a estudante mantendo uma boa relação, organização e planejamento técnico pensando sempre na facilitação ao usuário.

Litton (1974) classifica o bibliotecário(a) escolar em três extensas categorias:

**administrativas** que está voltada para o planejamento do ambiente, gestão de coleções, integração da biblioteca no plano educativo, divulgar informações sobre seus serviços entre outras atividades da área administrativa;

**educacionais** que se volta para o caráter humanístico, cultural e educacional, incluindo incentivo à leitura, processo de ensino-aprendizagem, planejamento junto com os professores e a comunidade escolar e outras atividades educativas;

**técnicas** que está voltada para a seleção de acervo, atividades de tratamento da informação para que seja recuperada e utilizada com eficiência. (LITTON, 1974 apud PEREIRA, 2014, p. 21-22).

Percebe-se a partir dessas categorias a relevância da/do profissional bibliotecário(a) na organização e disseminação da informação dentro do ambiente da biblioteca e conseqüentemente da escola. E esse olhar humanizado deve ser dirigido a todas e todos, tendo a sensibilidade para às necessidades especiais das pessoas com deficiência.

O tópico a seguir discute o papel da biblioteca escolar no processo de inclusão escolar.

### 3.2 INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA BIBLIOTECA ESCOLAR

Com a publicação da Lei nº 13.146/2015 e decretos 3.298/1999 e 6.949/2009 sobre inclusão e educação inclusiva, as escolas passaram a ter modificações em seus ambientes. Estudantes com e sem deficiência começaram a ter contato diariamente no ambiente escolar, tendo as mesmas oportunidades de ensino e aprendizagem garantidas. A integração dos alunos com deficiência às atividades escolares não fica totalmente garantida apenas pela legislação, pois depende de fatores e valores humanos.

A integração da/do estudante com deficiência física nas atividades em sala de aula é fundamental para torná-lo (a) participativo (a) e auxiliar no desenvolvimento da sua aprendizagem. Existe a barreira atitudinal com relação à visão da sociedade a respeito das pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência física ainda são vistas como incapazes, inúteis e dependentes para executar certas atividades, isso revela o pensamento preconceituoso, que não considera que cada pessoa possui habilidades independente das suas limitações. Todavia, potencializa suas limitações, ao invés de evidenciar as habilidades do indivíduo.

Segundo Pupo e Vicentini (2002),

[...] a integração do deficiente antecede à inclusão e pressupõe três níveis básicos: **social** – de acesso aos bens, à educação, saúde, trabalho e lazer, seja qual for a deficiência; **político** – de participação nos processos decisórios, e **cultural** – como membros e agentes das atividades culturais. Assim, o grande problema da integração está no fato de os deficientes não serem entendidos e assumidos como sujeitos culturalmente contextualizados. (PUPO; VICENTINI, 2002, p. 5 grifo da autora).

O ambiente da biblioteca escolar se faz propício a essas interações por ser ambiente democrático e facilitador para as relações entre estudantes, professores e bibliotecários, em que, além do aprendizado, ocorre a troca de experiências do cotidiano de cada um, ampliando a sociabilidade e familiarização escolar.

Segundo Marcolino e Castro Filho (2014), a biblioteca escolar

deve estar inserida nas práticas pedagógicas, pois tem grande responsabilidade social, ao garantir que seu espaço e seus serviços sejam abertos ao auxílio de todo e qualquer usuário da comunidade escolar, pois contribui com a formação dos alunos, dando-lhes novas expectativas de futuro através da leitura, auxiliando na interação com as práticas educacionais, no contato com o conhecimento e no desenvolvimento do pensamento crítico, entre outros. (MARCOLINO; CASTRO FILHO, 2014, p. 11).

Por ser a biblioteca escolar uma instituição voltada ao atendimento da comunidade educacional, deve acolher todas as diferentes necessidades informacionais, tendo em consideração os diversos níveis de escolaridade e especificidade de seus usuários, além de contribuir na formação dos cidadãos e cidadãs. Seu espaço pode ser utilizado para criar atividades lúdicas que trabalhem o desenvolvimento social, cultural e educacional das/dos estudantes.

É importante atuar junto ao corpo docente, tendo em vista o plano pedagógico, e elaborar atividades práticas, eventos culturais, os fatos e transformações que acontecem na sociedade, evidenciar o local de vivência das/dos estudantes, de forma a desenvolver um pensamento crítico reflexivo com relação à sua realidade e as diversidades existentes ao seu redor.

De acordo com Fachin, Hillesheim e Mata (2004):

as pessoas portadoras de necessidades especiais<sup>3</sup>, em muitos casos, têm uma capacidade maior de resposta do que o esperado, surpreendendo os profissionais que trabalham com elas pela dedicação, interesse e desenvolvimento cognitivo. (FACHIN, HILLESHEIM e MATA, 2004, p. 66).

Com atividades de leitura é possível extrair dos alunos sentimentos reprimidos, apaziguar emoções e colocar as pessoas com deficiência em contato com o mundo dos livros, dos sonhos, do imaginário e, também, ter maior interação com o meio em que vive.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência garante em seu Art. 27º que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL, 2015).

Por meio da educação inclusiva, as/os estudantes com deficiência fazem o uso da biblioteca escolar, assim como os demais, e possuem a possibilidade de contato com os livros e os materiais de apoio pedagógico. Incluir não é apenas inserir pessoas com deficiência nas escolas regulares, incluir é colocar as pessoas

---

<sup>3</sup> A expressão “portador” e “necessidades especiais” atualmente são termos inadequados para serem utilizados. Utiliza-se “pessoa com deficiência”. A citação é apresentada somente para destacar um conceito.

com deficiência nas práticas escolares de forma ativa, ter o pensamento de que todos e todas são indivíduos únicos e que respondem ativamente ao que lhe é proposto. A biblioteca escolar inclusiva deve proporcionar o acesso à informação e o atendimento eficiente a todas e todos os estudantes, professores e demais usuários independentes da situação financeira, nível de escolaridade, classe social, raça, limitações e deficiências.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é destinada a “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Define no seu Art. 2º que pessoa com deficiência é aquela que tem “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. (BRASIL, 2015, p. 1).

Para que essas pessoas participem de forma plena e efetiva na sociedade, e em igualdade de condições como está previsto na Lei, as barreiras devem ser eliminadas, ou seja, “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação”, assim como o “acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança [...]” (BRASIL, 2015, p. 1).

A acessibilidade está expressa no Art. 3º inciso I, e se configura na

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p.1).

A acessibilidade dá liberdade e confiança às pessoas com deficiência de transitarem por onde quiserem, além de possibilitar e melhorar a comunicação em lugares abertos e públicos.

Posto que em seu art. 53º diz que:

A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de

cidadania e de participação social. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de **livros em formatos acessíveis**, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de **acesso à leitura, à informação e à comunicação**. Nos editais de **compras de livros**, inclusive para o abastecimento ou a atualização de **acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação** e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não oferecem sua produção também em formatos acessíveis.

Portanto, compreende-se que a acessibilidade está para além das rampas, banheiros, corrimãos e/ou placas de sinalização. Isso não quer dizer que tais procedimentos sejam desnecessários, mas sim, que o acesso à informação e comunicação também se configuram em acessibilidade.

#### **4 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Metodologia de pesquisa é entendida, segundo Prodanov e Freitas (2013), como a aplicação de técnicas e procedimentos que são utilizados para a construção do conhecimento com a finalidade de autenticar sua validade e utilidade nos vários campos da sociedade. Portanto, a “metodologia examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações”, direcionado para a solução do problema desenvolvido (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 14).

##### **4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA**

Lakatos e Marconi (2007, p. 157) definem a pesquisa como um “procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Trata-se de uma pesquisa básica quanto à natureza do estudo, cujo fim é gerar novos conhecimentos. Gil (2006) afirma que a pesquisa básica se constitui como um conhecimento generalizado em que se podem formular teorias. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 126), a pesquisa básica “envolve verdades e interesses universais procurando gerar conhecimentos novos e úteis para o avanço da ciência”.

Quanto aos procedimentos, trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa. Sendo qualitativa compreende as “descrições, compreensões e interpretações dos fatos ao invés de medições” de suas experiências ocupacionais. (MARTINS, THEÓPHILO, 2009, p. 141). Do ponto de vista de seus objetivos é uma pesquisa exploratória e descritiva por ter o propósito de compreender melhor o problema, “com vista a torná-lo mais explícito” (GIL, 2006, p. 27). Consiste em aprofundar conhecimentos, esclarecer ideias facilitando a compreensão sobre o assunto em questão, conforme explica Boaventura (2004).

#### 4.2 AMOSTRA

Como critério, a amostra contemplou duas bibliotecas escolares, sendo uma de instituição pública e outra de instituição privada, para realizar a análise do(a) bibliotecário(a) e a equipe pedagógica na inclusão da pessoa com deficiência física no ambiente escolar. A escolha das instituições ocorreu pelo fato de ambas possuírem biblioteca escolar com profissional bibliotecário(a), e também pelo fato de as duas escolas possuírem alunos com deficiência física matriculados no corrente ano de realização da pesquisa.

As instituições escolares participantes desta pesquisa são ambas localizadas na cidade de Goiânia-Goiás, a primeira no âmbito público federal que oferece ensino desde a educação infantil até o ensino médio, e a segunda no segmento privado que oferece ensino desde a educação infantil até a primeira fase do ensino fundamental (5<sup>a</sup> ano).

De acordo com a filosofia da escola da rede privada, as gestoras não querem “rótulos de construtivista, tecnicista, progressista ou qualquer outra denominação, pois achamos que a grande maioria das pessoas não conhece bem o que realmente estas denominações querem significar”, afirmam que o interesse se pauta em “uma escola que faça com que seus educandos sejam capazes de pensar, sentir, amar, respeitar a si, a seu próximo e a seu meio. Agregamos o estudo dos valores humanos (numa abordagem humanística e integral)” [...]. (ESCOLA, 2021).

### 4.3 COLETA DE DADOS

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico com base, principalmente, na leitura de livros, teses, dissertações e artigos científicos com o objetivo de apresentar os conceitos e informações sobre: a biblioteca escolar e bibliotecário(a) neste contexto, suas funções e a equipe pedagógica; deficiência, deficiência física, política de inclusão das pessoas com deficiência e integração educacional e inclusão de pessoas com deficiência na biblioteca escolar.

O instrumento utilizado para coleta dos dados foi a entrevista semiestruturada e estruturada como pode ser visto no Apêndice A e B. Estes instrumentos proporcionam conhecer o perfil das/dos profissionais da educação e das/dos profissionais bibliotecários(as) que estão inseridos nesses ambientes educacionais.

- Entrevista semiestruturada: Aplicada via *Google Meet* para coordenador(a) e bibliotecário(a) do colégio da rede privada. Realizou-se gravação para facilitar o processo de transcrição.
- Entrevista estruturada: Aplicada via formulário no *Google Forms* para coordenador(a) e pedagogo(a) do colégio de rede pública federal.
- Os temas abordados nas entrevistas para o/a bibliotecário(a) e pedagogo(a) foram: relacionamento entre bibliotecário(a) e corpo docente; ações desenvolvidas; práticas inclusivas. Para os coordenadores das escolas os temas foram: Tempo de atuação na instituição; educação inclusiva; política de inclusão; papel do bibliotecário(a) na escola.

Todas as entrevistas foram realizadas com a aplicação do Termo de consentimento livre e esclarecido.

A fim de melhor entendimento, relacionamos os objetivos específicos da pesquisa, os instrumentos adotados para a coleta de dados e os(as) profissionais entrevistados(as), conforme quadro 1 abaixo:

**Quadro 3** – Síntese dos instrumentos e procedimentos de coleta de dados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INSTRUMENTOS DE COLETA	PÚBLICO DA PESQUISA
Investigar a atuação da escola na educação inclusiva e sua interação com a biblioteca e bibliotecário(a);	Entrevista estruturada e semiestruturada	Coordenadores(as) das escolas

Compreender a atuação do bibliotecário(a) e sua interação com a equipe pedagógica no processo de inclusão da pessoa com deficiência física na escola;	Entrevista estruturada e semiestruturada	Bibliotecári(a); Pedagogo(a) das escolas
Verificar qual a influência da biblioteca no processo de inclusão do aluno com deficiência física.	Entrevista estruturada e semiestruturada	Coordenadores(as) Bibliotecário(a) Pedagogo(a)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Durante o processo de coleta de dados houve algumas limitações. Inicialmente, as entrevistas seriam direcionadas para dois(as) profissionais bibliotecários (as), cada uma de uma instituição diferente, porém, o/a bibliotecário(a) da instituição de rede pública federal estava de licença capacitação, e quem respondeu à entrevista estruturada foi o/a pedagogo(a) que trabalha na biblioteca. Houve a tentativa de realização da entrevista com o coordenador (a) da educação infantil e também coordenador (a) das séries iniciais do ensino fundamental ambos(as) da escola de rede pública federal, porém só foi possível coletar dados através do coordenador (a) das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio. Sendo inicialmente quatro pessoas da parte de coordenação das escolas e duas pessoas das bibliotecas das escolas. Ao todo obteve-se quatro respostas, uma pessoa de cada escola responsável pela parte de coordenação e uma pessoa de cada escola responsável pela biblioteca escolar.

Um dos objetivos de pesquisa estava direcionado a análise do PPC das escolas, contudo, não foi possível realizar devido à atualização que a escola de rede privada está realizando para a adaptação devido à pandemia causada pelo Covid-19 e não encontra disponibilizado no site da instituição.

A análise de dados configura-se uma fase importante no empreendimento de investigações. Portanto, para interpretação das respostas foi utilizada a análise de conteúdo, cuja técnica de investigação está na descrição objetiva e sistemática do conteúdo manifesto.

Para Bardin (2011) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, tendo em vista procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obtendo indicadores quantitativos ou qualitativos, permitindo o resultado de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. Segundo a autora, a técnica possui duas funções que na prática podem ou não se desintegra-se; uma função “heurística”: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a

descoberta; e a função de “administração da prova”, ou seja, hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de critério para o método de análise sistemática para serem verificadas.

Essa etapa iniciou-se com a organização do material a ser analisado, definição dos trechos significativos e coerentes com o objetivo do estudo. É importante afirmar que essa pesquisa não se dedicará às questões textuais e linguísticas dos aspectos sociais, políticos, históricos e ideológicos de quem fala, mas somente ao aspecto descritivo e de sentido do dito.

## **5 ANÁLISE DE DADOS**

Após a coleta dos dados, esses foram organizados e sistematizados. Apresentaremos neste capítulo a escola e seus processos para a educação inclusiva; e a biblioteca escolar e a educação inclusiva.

### **5.1 ESCOLA E SEUS PROCESSOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Essa seção visa apresentar a análise das entrevistas dos coordenadores(as) das escolas que fazem parte do estudo. Como forma de preservar a identidade das/dos participantes, empregou-se as seguintes nomenclaturas: Coordenador(a) 1 – C1 (Colégio Público Federal); Coordenador(a) 2 – C2 (Colégio Rede Privada).

Procuraremos responder: o que compreendem por educação inclusiva e como contribuem para inclusão na escola; como os/as coordenadores (as) acreditam que a biblioteca (espaço) e o bibliotecário(a) podem atuar para educação inclusiva da pessoa com deficiência física; se possuem políticas de inclusão, e se a biblioteca participa das ações; se a escola discute ou possui projeto de inclusão específico para estudante com deficiência física e quais as dificuldades para a sustentação necessária das políticas de inclusão na escola.

Ao questionar sobre a presença de estudantes com deficiência no ambiente escolar as duas instituições responderam positivamente, ou seja, há matrícula de crianças com deficiência no corrente ano letivo de 2021, mas não foi informado a quantidade de alunos.

Segundo Rosa (et al., 2010) para a educação inclusiva é preciso a modernização da escola e adaptação às particularidades dos alunos que serão

acolhidos. Por essa razão, é importante compreender os modos diferenciados de cada ser humano ser, sentir, agir e pensar.

Nesse sentido, o(a) respondente C1 diz que: “a inclusão é a educação que acolhe educandos com suas singularidades, sejam elas de qual tipo for” (C1). O/a outro(a) participante diz que: “Entendemos no sentido de incluir mesmo, é trabalhar percebendo a individualidade do processo de cada pessoa, de cada indivíduo” (C2).

Afirma ainda que:

*“a inclusão começa desde o processo de aprendizagem, quanto outras necessidades específicas também. Não estou tirando o lugar da inclusão mesmo pelas características cognitivas e características físicas, porque a gente sabe que são limitações que precisam de um olhar mais apropriado, a escola trabalha muito bem com isso, ela acompanha profissionais, os profissionais tem abertura de vir marcar reunião com a escola, entender o processo e a dinâmica da criança dentro da escola, e a contribuir também com o olhar, porque às vezes ele tem uma percepção de um andamento fora da escola, e a gente pega essa percepção fora da escola e dirige para ver o que a gente consegue fazer dentro da realidade escolar também” (C2).*

Observe que a primeira fala é evidenciada a palavra “acolhe” e “singularidade” e na segunda a “percepção da individualidade” de cada pessoa. Esses termos são fundamentais e dão coerência ao que compreendemos na atuação de educação inclusiva: necessidade de acolhimento e percepção da singularidade de cada aluno(a), como diz a autora Rosa (et al., 2010). Ainda, verifica-se que a(o) C2, posiciona a escola como central nesse processo por meio do alinhamento entre a atuação do(da) profissional e a dinâmica da realidade escolar. Considera-se então que, a educação inclusiva é feita por muitas mãos. São diversos profissionais com olhares diferentes para a mesma causa.

Sobre a forma que a escola contribui para a educação inclusiva, verificou-se que em uma das escolas eles possuem “uma comissão de inclusão excelente, que procura mediadores pra ajudar, dentre várias outras medidas” (C1).

Em concordância como este depoimento, verificou-se que o Projeto de Educação Inclusiva da escola

Tem por objetivo assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação, transtornos funcionais específicos e outras necessidades educacionais, uma educação que promova o desempenho escolar e social por meio de um trabalho didático inclusivo, com metodologias diversificadas e uma mediação pedagógica que respeite as singularidades de cada um, sem qualquer distinção (PROJETO..., s/n).

Além disso, o atendimento educacional especializado é articulado pela Comissão de Educação Inclusiva que busca promover ações educativas inclusivas em todas as modalidades de ensino e o acompanhamento pedagógico aos alunos com necessidades educacionais específicas é realizado de forma individualizada.

Na outra escola a visão parte da contribuição social, ou seja, “a escola nossa contribui de diversas formas na sociedade, então assim, a gente precisa entender a evolução do que foi a educação ao longo do tempo, algum tempo atrás a educação, a escola era lugar de educação formal”. (C2).

Portanto,

*“hoje ela assim, o lugar da educação formal continua, um lugar de conceito de aprendizagem de desenvolvimento cognitivo. [...] a escola não é só educação formal, a escola é o olhar pelo todo do ser humano, do indivíduo. Então, ela educa sim, tanto a educação formal, mas ela vê a integridade da criança, a integridade do ser humano” (C2).*

*“Da mesma forma a educação inclusiva contribui muito, porque pela própria sociedade, é ver as diferenças, é observar como cada um pode aprender, observar a limitação do outro também, às vezes ele tem uma necessidade física, que ele não pode caminhar que precisa da cadeira de roda, mas eu que consigo caminhar tenho a minha limitação [...] como um pode ajudar com o outro, como um pode contribuir para o outro na aprendizagem [...] A escola pode e contribui muito, tanto na educação inclusiva, quanto na educação dita normal, entre aspas, porque nenhuma educação é normal, cada uma tem a sua particularidade, cada um tem o seu processo” (C2).*

A partir desses olhares é possível compreender que a escola contribui para a educação inclusiva por meio da mediação, tanto dos profissionais da educação, como dos próprios colegas que estão inseridos no mesmo ambiente da sala de aula. Tendo em vista que se trabalha as particularidades e individualidades de cada estudante, já que a inclusão exige investimento coletivo.

Como forma de ampliar a discussão foi questionado como os/as coordenadores(as) acreditam que a biblioteca pode contribuir para educação inclusiva da pessoa com deficiência física. A biblioteca é um lugar democrático e de promoção ao hábito da leitura, mas para que isso aconteça é preciso ter ambiente adaptado, e esse ponto é abordado pelos(as) coordenadores(as),

*“Primeiramente o edifício da biblioteca deve estar adaptado e, ao lado disso, a biblioteca deve receber esses alunos tão bem como qualquer outro”. (C1).*

*“A biblioteca, as estantes são na altura das crianças, os livros de adultos é que ficam mais altos, então a biblioteca é adaptada para as crianças, não só para a criança que tem uma necessidade, mas para a estrutura e a faixa etária das nossas crianças” (C2).*

A questão das estantes na altura das crianças revela a preocupação da escola em permitir o acesso ao acervo disponível na biblioteca. Assim a criança tem autonomia de escolher o livro que deseja ler. Contudo, as respostas ficam concentradas somente no aspecto de acesso ao espaço, aos livros, estantes, isso é, aspecto estrutural, e não vislumbram por meio do discurso, outras possibilidades de atuação das bibliotecas no que diz respeito a socialização destes alunos(as). Para Amaral (2007), a socialização é um processo interativo importante para o desenvolvimento do indivíduo e quando realizada por meio da educação inclusiva, enriquece e amplia a convivência com as diferenças. Ao questionar, como acreditam que o bibliotecário(a) pode contribuir para educação inclusiva na escola de forma geral e para educação inclusiva da pessoa com deficiência física, as(os) respondentes informam que as instituições não separam crianças com deficiência de crianças sem deficiência. Acreditam que “Sendo acolhedor e tratando o deficiente como se trata qualquer outra pessoa” (C1).

Uma das escolas informou que o (a) bibliotecário(a) faz parte do processo, e trabalha em parceria com os professores, dando suporte no incentivo e prática de leitura. O trabalho em parceria com outros profissionais da educação amplia a promoção da educação inclusiva por meio da biblioteca.

*“Na verdade, o bibliotecário dentro da escola faz parte de todo processo [...] ela incentivou ao longo do tempo, hoje eu participei de uma roda de conversa com alunos do quinto ano [...] eles tinham lido um livro, “Aprendiz de inventor”, [...] iam discutir a leitura. Dentro desse processo, você vê o amadurecimento, a análise deles, lendo desde a pintura que o autor, ilustrador escolheu, que tipo de autor é, que relações ele fez, então eles fizeram uma leitura não só da interpretação do texto em si, mas de escolhas que o próprio autor e ilustrador fizeram ao longo do livro, da produção do livro. Então isso é um fruto de um trabalho que foi feito tanto por ela, quanto com as professoras que passaram aqui ao longo do tempo. Então existe uma **parceria**, da bibliotecária com a professora regente, nos projetos, nas atividades do dia a dia, nos casos de inclusão, [...] então ela trabalha muito em paralelo dando esse **suporte** do dia a dia, pedagógico também e incentivando esse desejo pela literatura e pelas artes” (C2).*

Essa compreensão de atuação dos bibliotecários(as) por parte dos(as) coordenadores(as) é fundamental e mostra a consciência que possuem sobre a função destes(as) profissionais na escola. Lourenço Filho (1946, apud CAMPELLO, 2012, p. 1) diz que o ensino e a biblioteca não se excluem, mas se complementam, “uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito”. É nesse sentido que entendemos que as bibliotecas escolares contribuem para a formação de habilidades cognitivas e competências sociais.

Sobre as políticas de inclusão e a participação da biblioteca nas ações, ambas responderam que sim, porém um dos/as coordenadores(as) não se recorda de uma ação específica da biblioteca. Foi questionado também se a escola discute ou possui projeto de inclusão específico para estudantes com deficiência física.

*“Sim, e todos cooperam, fazendo atividades adaptadas. Técnicos e mesmo os próprios alunos ajudam colegas com deficiência física. Com relação a bullying, quando ocorre, são realizadas reuniões com os envolvidos e seus pais” (C1).*

*“Um projeto só para isso exclusivo, não temos, porque nós não consideramos que neste momento isso seja necessário, porque a gente vê a individualidade da criança em tudo. Desde a escolha da tarefa, a adaptação de espaço que às vezes precisa, desde uma questão de socialização. Então não precisa de um projeto separado, porque ele está inserido no todo, eu acho que é esse o lugar que a escola trabalha de diferente”. (C2).*

Verifica-se que as escolas estão atentas às necessidades dos estudantes, e conforme as particularidades, fazem as adaptações. Todavia a/o participante C1 ressalta que quando ocorrem casos de *bullying* providências são tomadas envolvendo o grupo, inclusive os pais. Mas a/o coordenador(a) C2, expõe que não há necessidade de projeto específico, já que a escola trabalha com as individualidades de todos, ou seja, as crianças são observadas e atendidas conforme necessidades específicas, seja no espaço físico, nas tarefas, ou mesmo nas atividades que envolvem maior socialização.

Mesmo trabalhando com as individualidades de cada aluno, vale a pena ressaltar a importância de se ter uma política de inclusão nas escolas para que sirva de base e apoio para os/as coordenadores(as) e bibliotecários(as) em situações futuras.

A inclusão de alunos com deficiência no campo educacional não se constitui uma tarefa fácil. São muitos desafios que podem estar atrelados a sustentação das políticas de inclusão no ambiente escolar.

Ao questionar sobre a existência de dificuldades para a sustentação necessária das políticas de inclusão na escola, as(os) respondentes informaram que:

*“Não há entraves, com exceção de que nem sempre conseguimos mediadores” C1.*

*“Eu não vejo como dificuldade, eu vejo como desafios, eu falo inclusive como professora mesmo. O ano que dei aula para esse aluno que era cadeirante tinha um autista na turma, então assim, são desafios que a gente estuda, a escola pesquisa, a coordenação está em parceria, os pais estão em parceria, então é um conjunto. Nós vamos buscando*

*melhorar e superar os caminhos dentro desses desafios. Como dificuldade, eu não vejo dificuldade. [...] Existem momentos que precisamos sim, parar pensar o caminhar e traçar novas estratégias” (C2).*

Os desafios, como apontado por parte da coordenação, estão presentes nas duas instituições, como, a dificuldade para encontrar mediadores especialistas em deficiência física e a necessidade de pensar novas estratégias para lidar com as/os estudantes que necessitam ser incluídos no ambiente educacional. Rosa (et al., 2010) diz que esse é um processo de constante aperfeiçoamento e requer adaptações e inovações no cotidiano escolar. Para Mousinho (2010), o mediador, neste cenário, favorece no processo de aprendizagem a interpretação ao estímulo ambiental. É o elo entre o professor e aluno diante das situações que envolvem questões comportamentais, pedagógicas, sociais, recreativas, de comunicação e de linguagem e as ações devem partir do nível em que a criança se encontra.

## 5.2 A BIBLIOTECA ESCOLAR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Essa seção visa apresentar a análise das entrevistas dos(das) bibliotecários(as) das escolas que fazem parte do estudo. Como forma de preservar a identidade das/dos participantes, empregou-se as seguintes nomenclaturas: Pedagogo(a)1 P1(Colégio Público Federal); Bibliotecário(a) 2 – B2 (Colégio Rede Privada).

Procuraremos responder: o que se entende por educação inclusiva; como a biblioteca escolar pode influenciar no processo de inclusão de alunos com deficiência física no ambiente escolar; se a biblioteca está integrada à ação pedagógica da escola, e de que forma isso acontece; se existe participação dos bibliotecários(as) nas discussões e decisões do projeto pedagógico; as instalações adequadas para o atendimento da pessoa com deficiência física e o suporte que as bibliotecas estão dando para os alunos com deficiência física nesse momento de pandemia.

Os (as) profissionais participantes desta pesquisa trabalham há mais de dez anos nas unidades pesquisadas. Observar esse tempo de atuação é importante na exposição dos pontos de vista sobre a educação inclusiva na biblioteca, devido a vivência com as crianças. Os questionamentos feitos se assemelham em determinados momentos com as realizadas com os (as) coordenadores (as).

Sobre o que se entende por educação inclusiva, obtivemos as seguintes respostas:

*“Educação Inclusiva é a educação, garantida por lei, que inclui as pessoas com deficiência na rede regular de ensino, tornando a escola pública, um lugar de e para todos. Para isso, torna-se indispensável, pensarmos na acessibilidade, como um pressuposto para as ações pedagógicas” (P1).*

*“A educação inclusiva relaciona a auxiliar a criança na sua particularidade, [...] a gente trata de uma diversidade aqui, não só a pessoa com uma deficiência física, mas dentro dessa diversidade auxiliar cada criança de acordo com o que ela precisa. É eu saber reconhecer que aquela criança ali ela tem algumas limitações que vai fazer com que eu precise trabalhar de forma diferente, a ao mesmo tempo aqui dentro da biblioteca eu tento colocar essa criança dentro de todas as atividades que eu desenvolvo” (B2).*

Observa-se que cada resposta apresenta pontos de vista diferentes, mas que se complementam. A primeira, trata da garantia por lei e é apresentada de forma mais genérica. A segunda, traz um conceito mais amplo a partir de uma perspectiva social que se assemelha às respostas dos(as) coordenadores(a). Palavras como, particularidade, diversidade e necessidades específicas são evidenciadas sendo coerente com a educação inclusiva. Percebe-se, então, que os(a) profissionais compreendem o significado de educação inclusiva e as particularidades e a importância da acessibilidade para a efetivação desta inclusão.

A biblioteca escolar é um espaço por excelência para promover experiências criativas de uso da informação. Portanto, ela reproduz o ambiente informacional da sociedade contemporânea e pode aproximar o aluno de uma realidade que ele vai vivenciar no seu dia a dia como cidadão (CAMPELLO, 2008). Logo, como um ambiente propício à diversidade de interações, pode contribuir para troca de experiências e sociabilidade do(a) aluno(a) com deficiência (MARCOLINO; CASTRO FILHO, 2014). Sobre a opinião de como a biblioteca escolar pode influenciar no processo de inclusão de alunos com deficiência física no ambiente escolar, as respostas possuem pontos em comum, como se observa nas ações desenvolvidas pelas profissionais para a promoção da inclusão, ao realizarem as rodas de contação de histórias. Portanto, pensam na diversidade e individualidades para que as crianças se sintam acolhidas no grupo.

*“A biblioteca escolar, por ser o espaço da **diversidade**, poderá promover ações pedagógicas e culturais, que propiciem um olhar de amplitude para a inclusão. Na prática, podemos ofertar livros que discutem esta temática, criar projetos com tema central da ‘Inclusão’, **contar histórias** para os alunos, na intenção de criar momentos de reflexão”. (P1).*

*“Nas deficiências de modo geral, porque a gente nunca trabalha uma particularidade, a gente **pensa no todo** também. Então acho que desde **socialização** numa roda de história. Eu vou fazer uma **contação história** e nós vamos fazer uma roda lá no pátio, então se tem uma criança que tem uma necessidade nesse grupo, no acolhimento dessa criança e aí vai depender muito da limitação dela. [...] Desde o momento de interação, também na roda, uma atividade coletiva que dependendo da história que eu trabalho, eu consigo desenvolver algumas atividades com essa criança, e aí eu vou ter que trabalhar de uma forma que eu vou acolher essa criança, não que vou fazer uma atividade específica diferente pra ela, mas tentar inserir ela junto com o grupo na realização dessa atividade respeitando lógico, suas limitações”. (B2).*

Diferentemente das respostas dos(as) coordenadores(as), as respondentes evidenciam a atuação da biblioteca não somente do ponto de vista estrutural de acesso, mas de socialização e ações que pautam a inclusão.

Para compreender melhor a atuação da biblioteca, foi questionado se a mesma está integrada à ação pedagógica da escola, e de que forma isso acontece.

*“Sim. A biblioteca é uma **grande parceira dos professores**, atendendo todas as solicitações possíveis. Para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, auxiliamos com as múltiplas demandas, por exemplo: na organização do espaço para fins de pesquisa, organização de **exposições culturais** (LUDENS, Pipoesia), e contação de histórias. Para o Ensino Fundamental I, fazemos um planejamento em conjunto, e o professor relata o conteúdo trabalhado, e nós, auxiliamos, buscando potencializar a aprendizagem, ampliar o olhar, o repertório, tornando, de fato, a aprendizagem significativa para o aluno. Também, fazemos contação de histórias, para todas as 10 (dez) turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, da Educação Básica, semanalmente” (P1).*

*“Na verdade, a biblioteca aqui da escola **trabalha muito com o pedagógico**, então nós temos algumas atividades aqui que são relacionadas fixas, temos um rodízio literário [...] nossas atividades aqui é proporcionar para essas crianças, que elas criem esse gosto pela leitura, e que isso se torne um hábito na vida delas, desde os pequeninos, ah eles não sabem ler, mas eles já têm esse contato com a literatura. [...] trabalho muito com as professoras de acordo com o nível, os projetos que elas têm, cada nível tem o seu **projeto**, e a biblioteca vai entrar em parceria, tanto na literatura desses projetos, como também, quando é algum projeto relacionado à pesquisa, então a biblioteca vai contribuir”. (B2).*

As bibliotecas que participaram da pesquisa atuam com frequência em parceria com as ações da escola, e com o corpo docente, auxiliando nos projetos realizados pelos professores, sejam nas exposições culturais, ou no rodízio de leitura.

O Guia do Usuário do Programa Nacional Biblioteca Escola (2001, p. 21) afirma que “a importância da leitura no projeto político-pedagógico da escola traduz-se na previsão de atividades com os acervos que estão na escola, na biblioteca escolar”. Então, professores, bibliotecários, coordenadores e todos os profissionais do ensino precisam trabalhar em conjunto.

Dando continuidade à busca de dados para compreender a participação da biblioteca dos(as) profissionais na escola, foi questionado se participam das discussões e decisões do projeto pedagógico. Somente um(a) dos(as) pesquisados(as) respondeu e relata que:

*“não só eu bibliotecária, como toda equipe. Participo, na semana passada mesmo tivemos uma atualização do nosso PPP, o Projeto Político Pedagógico, e eu estava presente participando, porque aí cada um tem condições de fazer suas contribuições” (B2).*

Nota-se que a escola sempre teve a importância de integrar a biblioteca escolar em seus planejamentos e projetos o que faz com que os alunos dessa instituição tenham uma relação mais próxima à biblioteca escolar fazendo com que eles(as) passem a ter uma relação bastante próxima com livros e automaticamente interajam entre si.

Kuhthau (2009, p.19), diz que “a integração da programação da biblioteca com as atividades de sala de aula requer um planejamento conjunto, envolvendo o bibliotecário e os professores”

Sobre as instalações adequadas para o atendimento da pessoa com deficiência física, percebe-se pelos relatos que ambas possuem a preocupação de mudar o ambiente para que seja inclusivo, tanto nas estruturas físicas, relatado pela participante P1, quanto nas práticas de leitura, conforme relatado pela participante B2.

*“Sim. A biblioteca tem portas e banheiro acessível”. (B1).*

*“eu lembro [...] em específico desse aluno, que vinha a biblioteca e era cadeirante, como as crianças cuidavam dele para que ele estivesse inserido dentro da nossa roda, então aqui na biblioteca a gente tem um tatame que a gente senta em formato de roda, e as almofadas, então os meninos já tinham esse cuidado de tirar as almofadas para encaixar a cadeira dele dentro da roda. Na hora da escolha do livro ele sempre apontava qual o livro que ele queria, se fosse um rodízio no meio da roda, e os amigos auxiliava ele pegando esse livro e entregando pra ele. Então assim, dentro da roda da biblioteca também a gente consegue trabalhando a necessidade de cada uma dessas inclusões”. (B2).*

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000) afirma que as construções / reformas realizadas em prédios públicos ou privados de cunho coletivo devem ser estruturadas fisicamente para que seja acessível para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

O ano de 2019 ficará marcado na história como aquele que agitou o mundo em torno de uma demanda comum: a pandemia do novo agente do coronavírus (SARS-CoV-2), que provoca a doença chamada Covid-19. A revelação da doença, trouxe para o mundo a necessidade de adaptação de rotinas comuns do dia a dia, trabalho, escola, entre outras atividades, principalmente com o uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação. As bibliotecas, neste contexto, precisaram se ajustar a nova realidade e oferecer suporte aos estudantes. Quando questionado qual o suporte que as bibliotecas estão dando para os alunos com deficiência física nesse momento de pandemia, obtivemos as seguintes respostas:

*“A biblioteca tem realizado empréstimos mediante agendamento prévio”. (P1).*

*“Nesse tempo de pandemia eu não considero um suporte só para eles, mas para todos, [...] a gente está fazendo algumas adaptações aqui para seguir os protocolos e fazer os empréstimos de livro. [...] tenho trabalhado muito aqui no suporte interno da escola para as professoras, que elas estão sempre buscando material. [...] as famílias buscam bastante, então quando elas fazem essas buscas, a gente abre o espaço aqui, a família vem às vezes uma semana e pega quatro cinco livros, leva pra casa, faz a leitura com a criança até mesmo nesse período que não estamos fazendo movimento semanal. Então a gente tem dado esse apoio não só para as crianças que tem alguma deficiência, mas no geral para todas essas famílias.” (B2).*

Apesar do atendimento remoto, as bibliotecas continuam funcionando e os serviços oferecidos não se restringem somente às crianças com deficiência, mas a toda comunidade escolar, mesmo porque neste momento de isolamento social as crianças dependem exclusivamente da família para realizar as suas atividades escolares.

Com base nessas informações, podemos notar que ambas as escolas procuram meios para realizar a integração dos alunos com deficiência e que mesmo com a Pandemia devido a Covid-19, as escolas procuraram maneiras de manter a biblioteca escolar em uso para que os(as) alunos(as) mantivessem o hábito da leitura.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tinha como objetivo geral analisar como o bibliotecário e a equipe pedagógica incluem a pessoa com deficiência física no ambiente escolar. Como objetivos específicos, pretendia investigar a atuação da escola na educação inclusiva e sua interação com a biblioteca e bibliotecário(a); compreender a atuação do bibliotecário(a) e sua interação com a equipe pedagógica no processo de inclusão da pessoa com deficiência física na escola; e verificar qual a influência da biblioteca no processo de inclusão do aluno com deficiência física.

A análise dos dados possibilitou responder à questão problema e verificar que as instituições pesquisadas, assim como as bibliotecas escolares inseridas nos ambientes, promovem a inclusão de todas as crianças independente de possuírem deficiência e a inserção acontece via singularidades de cada caso. A atuação da escola para educação inclusiva é baseada no relacionamento entre professores e bibliotecárias(os).

Observou-se que a compressão destes(as) profissionais sobre o que é educação inclusiva são coerentes com os conceitos que a literatura científica apresenta sobre o tema e essa reflexão provavelmente molda suas atuações por meio do acolhimento, particularidades e individualidades de cada estudante, já que a inclusão exige investimento coletivo. Como visto nos depoimentos, estes elementos configuram o momento propício para a socialização. Atividades como roda de leitura e a contação de histórias podem ser estímulo e a mola propulsora na biblioteca para o processo de inclusão.

Apesar de verificar que os relatos sobre a atuação da biblioteca com alunos com deficiência física foram mencionados somente no aspecto estrutural, de acesso, observou-se que há uma preocupação com a socialização do aluno e reconhecem os(as) bibliotecários(as) como parceiros(as) dos(as) professores(as) dando suporte no incentivo e também atuando nas políticas de inclusão da escola.

Todavia, não foram observados programas específicos, já que a escola trabalha com as individualidades, ou seja, as crianças são observadas e atendidas conforme necessidades específicas, seja no espaço físico, nas tarefas, ou mesmo na socialização.

As escolas não consideram que existam entraves no processo de inclusão, e sim desafios de atuação que requer dos profissionais aperfeiçoamento, adaptações

e inovações no cotidiano escolar. A vivência em comunidade é propícia aos desafios de convivência, pois, a diversidade de pensamentos, culturas e hábitos é algo presente, e fazer com que essa diversidade viva e conviva de forma inclusiva exigirá das/dos educadores e das/dos bibliotecários intervenções para que cada membro do grupo consiga respeitar o outro dentro das suas diferenças e deficiência.

Sobre as instalações adequadas para o atendimento da pessoa com deficiência física, percebe-se pelos relatos que ambas possuem a preocupação de mudar o ambiente para que seja inclusivo.

Apesar das duas escolas possuírem natureza distintas, uma pública e outra particular, as duas atuam no mesmo nível de entendimento.

Conclui-se que, as escolas pesquisadas desenvolvem a educação inclusiva no ambiente da escola e da biblioteca, e tem obtido êxito em suas atuações. A inexistência de um projeto específico de inclusão para as crianças com deficiência física não revela a omissão do olhar para essas crianças, e sim, a forma plural com que as escolas percebem todas as crianças no processo de ensino e aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Cresce o número de estudantes com necessidades especiais**. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-01/cresce-o-numero-de-estudantes-com-necessidades-especiais#:~:text=Em%202014%2C%20eram%20886.815%20os,10%2C8%25%20nas%20matr%C3%ADculas>. Acesso em: 14 jan. 2021.

AMARAL, Vera Lúcia. **Psicologia da educação**. Natal, RN: EDUFRRN, 2007. Disponível em:

[http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia\\_PAR\\_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Psicologia\\_Educacao/Psi\\_Ed\\_A12\\_J\\_GR\\_20112007.pdf](http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Psicologia_Educacao/Psi_Ed_A12_J_GR_20112007.pdf). Acesso em: 15 maio de 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BRASIL. **Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação/Conselho da Educação Básica**. Presidência da República, 2000.

\_\_\_\_\_. Decreto nº6.949, 25 de agosto de 2009. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 2009. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em 14 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020**. Todos pela educação, editora Moderna, São Paulo, SP, 2020. Disponível em:

<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/securepdfs/2020/10/Anuario-Brasileiro-Educacao-Basica-2020-web-outubro.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto 3.298, 20 de dezembro de 1999. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 1999. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em 14 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**.

Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm)>. Acesso em 7 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº12.244, de 24 de maio de 2010. **Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País**. Presidência da República, Casa Civil,

Brasília,DF, 24 de maio de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm). Acesso em 10 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 07 de julho de 2015. **Dispõe sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência**. 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jul. 2015b.

Disponível

em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 1 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física**.

Brasília, DF: MEC, 2006. 36 p. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília, DF: MEC, 2005. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro%20educacao%20inclusiva.pdf>.

Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental. Histórias e Histórias: guia do usuário do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 1999: Literatura infanto-juvenil**. Brasília, 2001.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. ONU: Salamanca, Espanha, 1994.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2004.

CAMPELLO, B. S. Colaboração do bibliotecário com a equipe pedagógica. In: \_\_\_\_\_. **Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p 53-62.

CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2008.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para o seu aperfeiçoamento. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 5., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em:

<[http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/230/ENAN054\\_Campello.pdf?sequence=1](http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/230/ENAN054_Campello.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 04 jun. 2021

CAMPELLO, B. S. **Letramento informacional**: função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. (Trad. Lúcia Simonini). 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Davis, Claudia Leme Ferreira, Almeida, Laurinda Ramalho de, Ribeiro, Marilda Pierro de Oliveira, & Rachman, Vivian Carla Bohm. **Abordagens vygotskiana, walloniana e piagetiana**: diferentes olhares para a sala de aula. *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 34, p. 63-83, jun. 2012. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752012000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752012000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 jun. 2021

DEFICIÊNCIA física. **Tipos e definições**. [S. l]: Deficiente online, 2021. Disponível em: [https://www.deficienteonline.com.br/deficiencia-fisica-tipos-e-definicoes\\_12.html](https://www.deficienteonline.com.br/deficiencia-fisica-tipos-e-definicoes_12.html). Acesso em: 15 fev. 2021.

ESCOLA PIAGET. **Sobre Nós**. Disponível em: <http://www.escolapiaget.com.br/sobre-nos/>. Acesso em 14 jan. 2021.

FACHIN, G. R. B; HILLESHEIM, A. I. de A.; MATA, M. M. S. da. **Atuação do bibliotecário na educação especial**. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 9, n. 18, p. 58-71, jan. 2004. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9n18p58/5473>. Acesso em: 03 nov. 2019.

GASSET, J. O. y. **Missão do bibliotecário**. Trad. Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo, Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KRAWCZYK, N. Introdução. **A construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina**. In: KRAWCZYK, N.; CAMPOS, M.M.; HADDAD, S. O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate. Campinas, SP: Autores Associados, p. 1-11, 2000.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca escolar**: um programa de atividades para o ensino fundamental. 3 ed. Belo Horizonte: autêntica, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Gleica leite da Silva; BARBOS, José Carlos Ferreira; NOGUEIRA, Christina Gladys de Mingareli. **Educação inclusiva**: garantindo o desenvolvimento de

políticas públicas no Brasil. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2019, Campina Grande, PB. Anais [...]. Campina Grande, PB: Realize, 2019. Disponível em:

<https://editorarealize.com.br/educacao/anais-vi-conedu/pesquisa?autor=Gleica+leite+da+Silva&titulo=educa%C3%A7%C3%A3o+inclusiva&modalidade=&at=>. Acesso em: 5 jun. 2020.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAYRINK, P.T. **Diretrizes para a formação de coleções de bibliotecas escolares**.

*In*:

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16., 1991, Salvador. Anais [...]. Salvador: Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia, 1991. v.1, p. 304-314.

MOUSINHO, Renata et al . **Mediação escolar e inclusão**: revisão, dicas e reflexões. Rev. psicopedag., São Paulo , v. 27, n. 82, p. 92-108, 2010 .

Disponível em

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862010000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 06 jun. 2021.

OLIVEIRA, G. L. C. **Biblioteca escolar**: o acordar de um sonho para o ensino fundamental. 2009. 89f. Monografia (Graduação) – Curso de Graduação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009;

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

OMS. **Classificação Internacional Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**.

Disponível em:

<http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/CLASSIFICACAO-INTERNACIONAL-DE-FUNCIONALIDADE-CIF-OMS.pdf>. Acesso em 14 jan. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Resolução 3447 (XXX) da Assembleia Geral de 9 de dezembro de 1975**. Dispõe sobre Declaração sobre os direitos das pessoas com deficiência. [S. l.]: ONU, 1975. Disponível em:

<https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/RightsOfDisabledPersons.aspx> . Acesso em: 4 jun. 2021.

PAULON, S. M.; FREITAS, L. B. de L.; PINHO, G. S. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

PEREIRA, Ismael Soares. **Biblioteca escolar**: Espaço indispensável para uma educação de qualidade. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em:

<http://www.ccsa.ufpb.br/biblio/contents/tcc/tcc-2014/biblioteca-escolar-espaco-para-uma-educacao-de-qualidade.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUPO, D. T.; VICENTINI, R. A. B. **A integração do usuário portador de deficiência às atividades de ensino e pesquisa: o papel das bibliotecas virtuais**. Disponível em: <https://sid.usal.es/idocs/F8/FDO24708/regina.pdf>. Acesso em: 27 de outubro de 2019.

ROSA, S. P. da S. et. al. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010. SIBI/UFG. Sistemas de bibliotecas. Disponível em: <https://www.bc.ufg.br/>. Acesso em 14 jan. 2021.

SASSAKI, R. K. **Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão**. Rio de Janeiro: Bengala Legal, 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos>. Acesso em: 30 maio 2021.

SANFELICE, José Luis. Inclusão educacional no Brasil: limites e possibilidades. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S.l.], n. 21, maio 2012. ISSN 2318-0870. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/206>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, A. F. et. al. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

TAVARES, D. F. **A biblioteca escolar**. São Paulo: LISA, 1973.

THOMA, A. da S.; KRAEMER, G. M. **A educação de pessoas com deficiência no Brasil: políticas e práticas de governamento**. Curitiba: Apris, 2017.

UFG. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO BIBLIOTECONOMIA**. Dezembro, 2016. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/75/o/projeto\\_pedag%C3%B3gico\\_DEZEMBRO\\_01.pdf?1521122203](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/75/o/projeto_pedag%C3%B3gico_DEZEMBRO_01.pdf?1521122203)>. Acesso em: 3 jun. 2021.

UFG. **PLANO PEDAGÓGICO DE CURSO**. CEPAE, UFG. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/80/o/PPC\\_Versa%CC%83o\\_Final.pdf?1581521218](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/80/o/PPC_Versa%CC%83o_Final.pdf?1581521218)>. Acesso em 5 jun. 2021.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Conferência de Jomtien – 1990**. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos. ONU: Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 25 maio 2021.

## APÊNDICE A - ENTREVISTA PARA BIBLIOTECÁRIOS (AS)

CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO (CEPAE)  
ESCOLA PIAGET

1. Qual o seu nome?
2. Há quanto tempo exerce essa profissão na escola?
3. O que você entende por educação inclusiva?
4. Você bibliotecário(a), participa das discussões e decisões do projeto pedagógico da escola?
5. Se a resposta acima for não, como você contribui para as ações desenvolvidas na escola?
6. Se participa das discussões e decisões do projeto pedagógico da escola, quais os métodos de inclusão (atividades, programas, ações, etc) realizados por você bibliotecário?
7. Na sua opinião, como a biblioteca escolar pode influenciar no processo de inclusão de alunos com deficiência física no ambiente escolar?
8. A biblioteca está integrada à ação pedagógica da escola? Como?
9. Participa, ou é incentivado a participar de alguma formação continuada para o atendimento às pessoas com deficiência?
10. A biblioteca possui instalações adequadas para atendimento da pessoa com deficiência física?
11. Neste tempo de pandemia, qual tem sido o suporte da biblioteca para alunos com deficiência física?
12. Se você não atende pessoas com deficiência física, como acredita que poderia contribuir para a educação inclusiva na escola?

## APÊNDICE B - ENTREVISTA PARA COORDENAÇÕES

CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO (CEPAE)  
ESCOLA PIAGET

1. Qual o seu nome?
2. Qual a sua profissão?
3. Há quanto tempo exerce essa profissão na escola?
4. A escola possui alunos com deficiência? Se sim, quantos? Quais deficiências?
5. O que você entende por educação inclusiva?
6. Como a escola contribui para a educação inclusiva?
7. Como você acredita que a biblioteca pode contribuir para educação inclusiva da pessoa com deficiência física?
8. Como você acredita que o bibliotecário pode contribuir para educação inclusiva na escola?
9. Como você acredita que o bibliotecário pode contribuir para educação inclusiva da pessoa com deficiência física na escola?
10. A escola possui política de inclusão? Quais?
11. Se a resposta anterior for sim, a biblioteca está incluída nas ações? Descreva como.
12. A escola discute sobre métodos de inclusão de alunos com deficiência física?
13. Se a resposta da pergunta anterior for “sim”, quais são esses métodos? (programas, projetos específicos, etc, que minimizem alguma prática negativa, como antibullying).
14. O profissional bibliotecário(a) participa destas discussões?
15. Quais são os entraves para a sustentação necessária das políticas de inclusão na escola?